

“POR ONDE VAMOS, SOMOS COBRADOS PELA POPULAÇÃO.”
(Do líder do PFL na Câmara, Inocêncio Oliveira)

Congresso quer cortar dois salários

LÍDERES NO SENADO E CÂMARA DISCUTEM REVOGAÇÃO DE DECRETO PARLAMENTAR QUE CRIOU O 14º E 15º SALÁRIOS

O Senado e a Câmara querem iniciar seus trabalhos no dia 15 com uma medida de impacto: o fim dos 14º e 15º salários dos parlamentares. O movimento pela reabilitação do nome do Congresso foi iniciado ontem pelos presidentes da Câmara, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), e do Senado, José Sarney (MDB-AP), e ainda pelos líderes do PFL, Inocêncio Oliveira (PE) e do PSDB, José Aníbal (SP).

A intenção do Congresso é revogar o artigo do projeto de decreto legislativo que concedeu mais dois salários para os parlamentares, sob o disfarce de ajuda de custo. Seria a saída legal, porque a Constituição proíbe a redução dos salários, além de estabelecer que o Congresso anterior deve fixar os vencimentos daquele que vai assumir. “Se tomarmos esta decisão, ficaremos como todos os trabalhadores brasileiros, com 13 salários”, disse Inocêncio Oliveira.

O desgaste sofrido pelo Congresso com a autoconcessão de 15 salários foi maior do que os próprios deputados e senadores esperavam. O deputado Inocêncio Oliveira, que presidia a Câmara em janeiro, mês do aumento dos salários e da criação do 14º e do 15º, disse que por onde vai é cobrado pela população. “Conversei também com o líder do PSDB, José Aníbal, e ele afirmou que não suporta mais tanta cobrança”, disse Inocêncio.

Antes da aprovação do decreto legislativo que elevou os salários dos deputados e senadores,

e também do presidente da República, do vice e dos ministros de Estado, cada parlamentar tinha direito a 12 salários e a duas ajudas de custo de 55% do valor dos subsídios. Conseguiram, assim, 13,1 salários por ano e não os 15 atuais.

Nas negociações entre os parlamentares e nos estudos jurídicos, a fórmula antiga poderá ser retomada: elimina-se o 13º e reduz-se as ajudas de custo de 100% do salário para 55%. “O importante é que a decisão tomada seja uma proposta de poder, do Senado e da Câmara”, afirmou Inocêncio, que pretende

promover uma romaria aos líderes de todos os partidos para convencê-los a encampar a proposta e trabalhar pela aprovação da medida.

O discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso na sexta-feira, no qual anunciou que ele e os ministros abririam

mão de cerca de R\$ 2,5 mil de seus subsídios, acabou pressionando ainda mais o Congresso para que decida a revogação dos 14º e 15º salários. Para o líder do PSDB, José Aníbal, se houver vontade política do Congresso, os dois vencimentos extras serão revogados.

Ontem, o porta-voz da Presidência, embaixador Sérgio Amaral, disse que a Advocacia-Geral da União ainda está estudando uma “forma legal” de cumprir o desejo do presidente de doar parte do seu salário e dos ministros ao programa Comunidade Solidária. “O assunto ainda está sob análise jurídica”.

Advocacia-Geral da União ainda não encontrou “forma legal” de diminuir salário do presidente